

AS EXPECTATIVAS NO PENSAMENTO DOS AUTORES MARGINALISTAS: JEVONS, MENGER E WALRAS

Leonel Leite Barros

Mestre em Teoria Econômica pelo Programa de Pós-Graduação em Economia,
Universidade Federal do Espírito Santo (PPGECO/UFES)
Espírito Santo, ES, Brasil.

Resumo – Neste artigo se investigará os autores marginalistas com a intenção de compreender o motivo de a História do Pensamento Econômico (HPE) não ter dedicado atenção ao estudo das expectativas em suas obras. Na primeira seção será discutido o modelo homogeneizado; na seção seguinte se apresentará o papel que as expectativas desempenham nos modelos econômicos de William Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras, de maneira individualizada, com o objetivo de identificar como estes autores trataram a problemática; por fim, se farão indicações conclusivas acerca do discutido no artigo, que objetivarão responder por que a HPE ignorou a temática das expectativas.

Palavras-chave: expectativas; HPE; economistas marginalistas; Stanley Jevons; Carl Menger; Léon Walras.

THE EXPECTATIONS IN THE THOUGHT OF THE MARGINALIST AUTHORS: JEVONS, MENGER AND WALRAS

Abstract – This article will investigate the marginalist authors with the intention to understand the reason why the History of Economic Thought do not paid attention to the study of the expectations in their work. The first section will be discussed the homogenized model; the following section will present the role that expectations play in economic models of William Stanley Jevons, Carl Menger and Léon Walras, in an individualized way, with the aim to identify how these authors treated the question; and finally, it will be make a few conclusive considerations about the discussion of the article, which will objectify to answer why the History of Economy Thought have ignored the issue of expectations.

Keywords: expectations, History of Economic Thought, marginalist economists, Stanley Jevons; Carl Menger; Léon Walras.

Classificação JEL: B1.

INTRODUÇÃO

As obras¹ “*A teoria da economia política*”, de Stanley Jevons, “*Princípios de Economia Política*”, de Carl Menger, ambas publicadas em 1871, e “*Princípios de Economia Pura*”, de Léon Walras, publicada em 1874, modificaram de maneira definitiva as ciências econômicas. Para além do debate sobre a erupção ou não de uma revolução na economia provocada por elas²,

¹ As obras foram desenvolvidas pelos autores de maneira independente, a citação que segue evidencia isto: “O termo ‘revolução marginal’ é tomado geralmente para se referir à quase simultânea, mas completamente independente, descoberta do início dos anos 1870 por Jevons, Menger e Walras do princípio da utilidade marginal decrescente como a pedra fundamental de um novo tipo de estática microeconômica.” (BLAUG, 1985, p. 294, tradução nossa)

² Feijó (1998), assim como Roll (1977), defende que a teoria da utilidade marginal é o resultado da evolução de ideias que estavam sendo trabalhadas desde a década de 1830. Daí a argumentação de que a década de 1870 não significou uma “revolução” no pensamento econômico. Em sentido oposto ao destes autores encontram-se, por exemplo, Schumpeter (PAULA, 1977) e Mirowski (1984), que afirmam que houve uma “revolução marginalista” – para o segundo autor Menger não é um dos “revolucionários” (1984, pp. 371-372). Neste trabalho não se entrará no mérito relativo à existência ou não de uma revolução na economia na década de 1870, por esta discussão não contribuir para a consecução de seu objetivo.

o que se pode afirmar é que uma nova corrente principal da economia, a neoclássica, seria fundada baseada nas ideias centrais destes escritos.

A denominação “Escola Neoclássica”, terminologia empregada com diversas significações dentro das ciências econômicas (LAWSON, 2013), será neste artigo entendida em um sentido amplo, que engloba as obras referidas no parágrafo anterior como sua gênese; que se torna representante do mainstream, a partir da contribuição marshalliana; e, que se mantém nesta posição até o advento da crítica keynesiana, em 1930. Há, ainda, teóricos da HPE que compreendem os desenvolvimentos de John Hicks e Paul Samuelson como pertencentes ao neoclassicismo – ainda de acordo com Lawson (2013) –, aqui os apontamentos destes autores e de outros que teorizam no mesmo sentido tentado unir o pensamento da escola em questão ao de Keynes serão considerados como não pertencentes à escola neoclássica por englobarem outros elementos à sua estruturação teórica, quais sejam, os keynesianos, que de acordo com eles correspondem a um caso econômico específico.

Este artigo investigará os autores marginalistas, com a intenção de compreender qual a razão de a História do Pensamento Econômico (HPE) não ter dedicado atenção ao estudo das expectativas em seus pensamentos. O que se pode verificar pela falta de estudos sobre a temática publicados em forma de artigos em periódicos especializados; pela não existência de livros dedicados ao assunto; e, ainda, por não haver menção do tópico nos manuais da disciplina, quando se aborda os autores em questão – as expectativas surgem nos manuais de HPE apenas a partir do tratamento de Keynes. Tendo isto em consideração, pergunta-se: 1) os economistas marginalistas abordaram a temática das expectativas? 2) Há nas obras destes autores algo que justifique a não atenção dada à temática pela HPE? 3) No caso de não se verificar apontamentos dos autores sobre as expectativas, há consequente déficit explicativo em suas teorias?

Sendo então o objeto de análise deste artigo o corpo teórico que compõe o momento genésico da escola neoclássica, cabe indicar que não há atualmente em HPE unanimidade acerca da correção do enquadramento do pensamento de seus autores (Jevons, Menger e Walras) dentro de uma mesma matriz teórica, qual seja, a marginalista, que foi assimilada pelo neoclassicismo no mainstream da economia. Autores como Jaffé (1976) e Feijó (1998) defendem a necessidade de avaliar a contribuição teórica de cada um deles de maneira isolada, como forma de conseguir captar a essência de seus pensamentos de modo mais completo, com a intenção de ressaltar as diferenças existentes em suas obras e assim identificar a particularidade da contribuição de cada um deles para a economia.

Aqui se observa que as diferentes formas de interpretar as contribuições de Jevons, Menger e Walras são resultantes de distintas visões sobre metodologia em economia. Assim, não entende as opções de enquadramento de seus pensamentos em homogeneização ou “desomogeneização”

como acerto e erro, ou vice-versa, mas como modos de se posicionar metodologicamente. A homogeneização é a opção pela representação una dos pensamentos dos três autores através de uma estruturação modelística baseada em um método de cunho matemático com análise de equilíbrio estático. Por sua vez, a “desomogeneização”, proposta por Jaffé (1976) e Feijó (1998), significa essencialmente investigar a obra de cada um dos autores de maneira isolada, o que permite observar, entre outras coisas, que o método utilizado pela opção homogeneizada é condizente com o encontrado nas construções de Jevons e Walras, mas não na mengeriana, que se utiliza do método genético-causal, que prescinde do uso da matemática e observa o tempo como um fator relevante.

Sobre esta questão, cabe ainda destacar que, independente da escolha metodológica, há elementos centrais no pensamento de todos os autores que são convergentes. São estes: a) o consumo como foco da análise econômica; b) a subjetividade dos agentes – definidora em seu processo de escolha – como perspectiva da análise; e, c) os conceitos de *utilidade marginal* e *escassez*³ dos bens como definidores de seu valor, que, por sua vez, são a base comum de sustentação da construção teórica dos autores (JEVONS, 1996; MENGER, 1983; WALRAS, 1996).

Assim, tendo em vista a não unidade sobre qual a forma correta de estudar as obras dos autores e objetivando compreender de maneira completa o modo que as expectativas se manifestam dentro de seus pensamentos, neste artigo se fará uma investigação de acordo com as duas opções metodológicas apontadas. Destarte, espera-se com isto responder as questões antes levantadas.

Com este objetivo em mente, na próxima seção se fará a exposição do que se chamou de modelo homogeneizado, com a intenção de indicar como as expectativas apresentam-se nele, isto conseqüentemente assinalará sua forma geral. Posteriormente, será feita a apresentação do pensamento de cada um dos autores citados, de forma individualizada, com o intuito de identificar, através do confronto com o modelo homogeneizado, qual ou quais deles tiveram suas ideias sobre as expectativas presentes nesta estrutura. Por fim, se farão breves indicações conclusivas, que buscarão a luz da discussão feita no desenvolvimento do artigo responder às questões antes levantadas.

O MODELO OU OPÇÃO HOMOGENEIZADA E AS EXPECTATIVAS

São os elementos centrais convergentes das obras de Jevons, Menger e Walras, apontados acima: (a) o consumo como foco da análise econômica; b) a subjetividade dos agentes –

³ Ambos os fatores dependem da subjetividade do agente. A utilidade por ser uma qualidade do bem que é condicionada pela possibilidade de satisfazer uma necessidade ou de aumentar a satisfação do agente; e, a escassez que por um lado é objetiva, por se relacionar com a quantidade disponível do bem, e que, por outro, é subjetiva por apenas poder existir se o bem possuir utilidade para o agente.

definidora em seu processo de escolha – como perspectiva da análise; e, c) os conceitos de utilidade marginal e escassez dos bens como definidores de seu valor, que permitem a construção de um modelo homogeneizado como forma de representar a economia a partir da contribuição dos três autores. Entretanto, este modelo não contempla todos os elementos contidos em suas obras, o que significa também, dadas as diferenças existentes entre elas, que certos aspectos serão privilegiados em detrimento de outros. Mas, independente disto, pode-se dizer que a base comum de seus pensamentos se encontra representada nele.

O que se percebe é que o modelo homogeneizado, por consequência da escolha do método matemático com equilíbrio estático, se identifica de maneira mais próxima com as obras de Jevons e Walras, em comparação com a de Menger. E é esta constatação, do maior alinhamento do modelo homogeneizado com o pensamento dos dois primeiros autores em relação ao terceiro, que impedirá que o modelo construído abaixo não seja apenas uma replicação do que foi elaborado por Fisher (1986), dado que este autor, em linhas gerais, chega aos mesmos resultados que serão observados na conclusão da estrutura aqui elaborada.

O problema da construção de Fisher (1986), que impede sua utilização aqui, está na interpretação do autor sobre os elementos que ele aponta como componentes do núcleo duro do programa marginalista de pesquisa geral – seu modelo é construído como uma tentativa de aplicar a metodologia lakatosiana às obras dos autores marginalistas e com isso demonstrar a existência de um programa de pesquisa comum entre eles. Para o autor todos os elementos indicados por ele são representantes de mesma ordem do pensamento dos três autores marginalistas. O que não se verifica em totalidade, devido isto ser apenas uma verdade parcial em relação ao que se encontra na obra de Menger. Mais especificamente, o erro se encontra em sugerir que os elementos (e) e (f) estão em consonância com os apontamentos feitos na obra deste último autor – quando da análise isolada da obra de Menger ficará clara a divergência do autor quanto a estes dois pontos. Seguem os elementos sugeridos por Fisher:

[...] Os elementos mais importantes dos núcleos duros das três estruturas marginalistas separadas eram comuns para todos os três [Jevons, Menger e Walras]. Estes elementos são: (a) o indivíduo como uma unidade-chave de análise, (b) a lei da maximização da utilidade, (c) a distinção utilidade marginal/utilidade total, (d) a lei da utilidade marginal decrescente, (e) a prevalência de competição e (f) o potencial do mecanismo de equilíbrio. Designamos estes pressupostos como o núcleo duro do programa geral. (FISHER, 1986, p. 172, tradução nossa)

Assim, a divergência essencial entre o modelo de Fisher e o abaixo construído está na forma de apreciação do pensamento de Menger, no primeiro alcança-se o equilíbrio de mercado, que representa a máxima satisfação global do sistema, como um resultado que condiz com o encontrado nas obras dos três autores marginalistas; no segundo, da mesma forma se encontra o equilíbrio de mercado, condizente com as mesmas consequências para o sistema, mas

diferentemente há a indicação prévia de que este resultado não é um espelho sem distorções em correspondência com a obra de todos os marginalistas, mais especificamente com a leitura de Menger. Ou seja, este último modelo assinala antecipadamente que sua construção é o resultado de uma opção metodológica e que por isso privilegia alguns elementos em detrimento de outros.

Como se observará no decorrer desta seção, a apresentação do modelo homogeneizado é feita sem se referir o papel das expectativas em seu interior. O que se perceberá é que a ação de ignorar esta variável não prejudicará o entendimento do funcionamento da estrutura em suas linhas gerais. Isto é o que dará a indicação sobre a possível causa de sua não observação mais detalhada pela HPE.

Assim, a seguir se fará uma descrição do modelo homogeneizado e posteriormente se identificará como as expectativas se apresentam em seu interior e se relacionam com as demais variáveis. A intenção é fazer uma síntese do funcionamento do modelo, apresentando argumentativamente suas principais características, conceitos e relações de maneira didática. Desta forma, será dispensada a apresentação de caráter matemático, pois se observa que esta, para os fins objetivados, apenas acarretaria em dificuldades para a explicação dos encadeamentos lógicos, mesmo tendo em conta a sua vantagem de permitir uma maior precisão à exposição.

O modelo neoclássico, do qual o marginalismo faz parte, para alcançar o objetivo de descrever a economia de maneira universal se baseia em hipóteses sobre o comportamento natural do homem em atividades econômicas. A ideia é que se este for representado de maneira correta, é possível expor o funcionamento da economia como um todo, através da agregação dos comportamentos individuais. Com esta intenção, fundamenta-se o comportamento humano nos seguintes supostos: a) a satisfação humana está condicionada à utilidade marginal decrescente; b) o homem é detentor de racionalidade perfeita; e, c) o homem age de maneira maximizadora.

É assentado nestes supostos naturais do comportamento humano que a escola neoclássica construiu seu modelo econômico atomístico, através do método hipotético-dedutivo, que resulta em eficiência alocativa ótima do sistema, representada pelo bem-estar geral da coletividade. Será com base nisto e nas indicações diretas dos autores marginalistas que o modelo homogeneizado será elaborado. Assim, primeiro se descreverão as hipóteses citadas e depois se apresentará o funcionamento do modelo.

A SATISFAÇÃO HUMANA ESTÁ CONDICIONADA À UTILIDADE MARGINAL DECRESCENTE

O conceito fundamental para o entendimento da satisfação humana é o de “utilidade marginal” e, como já se indicou, é ele o responsável por permitir que de maneira subjetiva algo possua valor. Sendo assim, é necessário identificá-lo de forma mais precisa.

Com esta intenção, faz-se a seguir o desmembramento do termo com a intenção de tentar captar melhor seu significado: a palavra *utilidade* quando atribuída a uma coisa está indicando sua característica útil, ou seja, como ela pode ser adequada para uma ou mais finalidades⁴. A palavra *marginal*, por sua vez, está assinalando a adição de uma quantidade de algo ao seu montante, assim, com ela se indica que a análise está focada na última quantidade adicionada de alguma coisa⁵. Destarte, o termo *utilidade marginal*, sem ainda entrar em sua especificidade econômica, expressa a característica útil da última quantidade adicionada de algo.

O ato de saciar uma vontade, ou atender uma necessidade, significa para um indivíduo qualquer que ele precisa realizar uma ação ou estar em posse de um objeto que tem as qualidades necessárias para este fim. Economicamente, isto expressa, pela ótica da demanda, o consumo dos bens pretendidos e, pela ótica da oferta, a obtenção do lucro almejado. Em ambos os casos haverá tempo envolvido para a ocorrência do saciamento, que se realizará de forma crescente, mas cada faixa de tempo consumindo um bem ou obtendo um lucro dará ao indivíduo menor satisfação que a faixa anterior. Ou seja, a cada faixa de tempo adicional a qualidade útil da ação ou do objeto será menor.

Usando a utilidade marginal como termo para a questão, pode-se dizer que cada faixa de tempo adicional no consumo de bens ou na obtenção de lucro tem uma utilidade marginal menor⁶, isto é, seus aumentos são decrescentes. Deste modo, pode-se afirmar que: “a satisfação humana está condicionada à utilidade marginal decrescente”.

Esta discussão é feita em termos subjetivos, ou seja, o quanto uma faixa de tempo ou uma quantidade de um bem adicional representa, em termos de utilidade, para indivíduos diferentes é algo que não pode ser inferido de condições objetivas, mas apenas a partir da subjetividade de cada um deles. Da mesma maneira, é a subjetividade a causa primária dos dois fatores que determinam o valor na teoria neoclássica, quais sejam a própria utilidade, aqui discutida, e a escassez, esta como já indicado anteriormente sendo afetada pela subjetividade de maneira indireta, por apenas poder existir para coisas úteis, e parcial, pois o outro fator que influencia em sua existência, a quantidade disponível

⁴ Não se deve confundir a utilidade de algo com seu valor de uso. A utilidade expressa à existência de uma característica útil de um bem. O valor de uso, por sua vez, está expressando a importância que a utilização do bem possui para um indivíduo.

⁵ Aqui não se está falando da possível interpretação infinitesimal da característica marginal, por se observar que esta é apenas uma das possibilidades interpretativas do termo, onde não necessariamente seu entendimento precisa partir de um valor tendendo ao infinito. Pelo mesmo motivo não se referiu a uma unidade ou quantidade infinitesimal, mas a uma quantidade adicionada de algo, afinal de contas, uma grandeza é apenas uma medida de valor condicionada por um consenso sobre qual deve ser sua importância padronizada.

⁶ De outra maneira, o mesmo poderia ser indicado se ao invés de tempo se estivesse tratando com quantidades. Mas estas duas formas possuem essencialmente o mesmo sentido para fins analíticos, pois, por exemplo, o consumo de uma quantidade de um bem qualquer exige algum tempo. O que permite que sua análise possa ser empreendida de uma forma ou de outra. Utilizou-se o tempo por este permitir uma maior amplitude a argumentação feita, onde em seu interior pode-se pensar além de questões que apenas envolvam bens físicos.

da coisa em questão, é objetivo. Assim, os bens não possuem valores em si, mas é a utilidade que os indivíduos observam neles, que lhes confere seu valor⁷.

Sobre a escassez de um bem se tem que quanto mais escasso ele for, maior será seu valor, sendo o contrário verdadeiro. Este fator não apenas interfere na grandeza do valor, mas também na sua existência em algo. Se uma coisa possui uma oferta muito abundante – seja ela provinda da natureza ou da ação do homem – em relação à sua demanda é possível que ela não tenha valor algum. Destarte, um bem poderá possuir muito, pouco ou nenhum valor para um indivíduo e apresentar a relação inversa para outro.

O HOMEM É DETENTOR DE RACIONALIDADE PERFEITA⁸

A segunda hipótese sobre o comportamento humano que se observa é a da racionalidade perfeita. Ela se refere à capacidade cognitiva dos agentes, o que lhe acarreta ser um processo pertencente à psique do homem, onde também se encontram as expectativas.

De acordo com esta hipótese os homens têm capacidade cognitiva para analisar o ambiente onde se encontram de maneira total, o que apenas é possível se todas as informações estiverem disponíveis. De forma mais específica, eles são capazes de avaliar todas as opções existentes antes de realizar uma ação, ou seja, eles têm capacidade de processar todos os dados antes de uma decisão, bem como de prever suas consequências (AUGUSTO, 2009, pp. 11-12). Isto significa que eles também sabem como os outros agentes atuam, dado que suas ações também são informações. Tem-se ainda que devido os demais agentes também possuírem racionalidade perfeita, que em situações análogas seus atos serão idênticos – isto sendo possível se além de todas as informações estarem acessíveis, também estiverem à disposição do conjunto dos agentes de maneira sincrônica.

É a posse de racionalidade perfeita que permite aos agentes possuírem conhecimento sobre o caráter decrescente da utilidade marginal. No consumo isto significa que eles conseguem perceber a diminuição da satisfação relativa quando do consumo de uma quantidade adicional de um bem, ou seja, têm ciência da natureza decrescente da utilidade marginal. Na produção implica na

⁷ Por falta de espaço para isso, ao invés de fazer várias longas citações diretas sobre o conceito de utilidade nas palavras dos autores, segue uma indicação exata do local onde cada um deles se refere ao tema em suas obras. Estas, obviamente, não são as únicas passagens sobre o tema, mas passagens significativas: Jevons (1996) nas páginas 72 e 73; Menger (1983) na página 304; e, Walras (1996) na página 90.

⁸ Augusto (2009) faz a discussão sobre a racionalidade na escola neoclássica como sendo algo indissociável do caráter maximizador da mesma, ou seja, para este autor ser racional significa agir adequando os meios aos fins, o que para ele torna a racionalidade neoclássica instrumental. Neste artigo não se segue a discussão na mesma linha de raciocínio, tratando a racionalidade maximizadora como um termo indissociável, por se observar que o termo exige para seu melhor entendimento de um desmembramento que resulta na explicação de duas hipóteses da escola neoclássica sobre a conduta humana: *aracionalidade perfeita* e o *comportamento maximizador*, em que a primeira é necessária para dar consistência lógica para a existência da segunda. De outra forma, pode-se incorrer no erro de permitir, por não estabelecer a conexão lógica correta para a explicação dos termos, uma crítica externa fácil ao modelo neoclássico.

capacidade de avaliar a relação marginal existente entre trabalho e capital, bem como as condições do mercado, o que lhe indicará os preços e as quantidades que devem ser ofertadas.

O HOMEM AGE DE MANEIRA MAXIMIZADORA

A hipótese de racionalidade perfeita, por sua vez, sustenta outro postulado relativo à natureza do comportamento humano, qual seja, o da maximização da função de utilidade pelo agente econômico, que significa dizer que as ações executadas por eles conseguem sempre alcançar os melhores resultados possíveis. É a capacidade de analisar as condições ao seu redor de forma perfeita, que permite ao agente maximizar sua utilidade. De outro modo, ele não conseguiria alcançar o intento de suas ações, nem sequer poderia avaliar suas ações em relação à dos demais integrantes do mercado no qual está inserido, o que lhe impediria de conceber o grau de sucesso de sua decisão.

É devido à relação entre racionalidade perfeita e maximização da função de utilidade, ambos fatores relativos a natureza humana, de acordo com o modelo tratado, que se pode falar na existência de uma racionalidade maximizadora por parte dos agentes neoclássicos. Onde se ressalta a essencialidade da racionalidade perfeita para a consecução desta relação, pois somente é possível a maximização da função de utilidade dos agentes, se eles forem capazes de assimilar e processar todas as informações existentes no mercado.

Assim, a maximização do consumo se dá através do uso eficiente dos recursos possuídos pelo agente com o objetivo de alcançar a maior satisfação possível. Isto é, dada a forma de racionalidade dos indivíduos e a característica decrescente da utilidade marginal, tem-se que para maximizar seu consumo o agente deverá, tendo em consideração sua restrição orçamentária, escolher quais as quantidades e qualidades – esta última característica sendo definida de acordo com suas preferências – de bens que lhe proporcionam a maior satisfação possível.

E de acordo com a mesma lógica, a maximização da produção, por sua vez, é resultante da alocação eficiente dos insumos dentro do processo produtivo, ou seja, da efetivação material da abstração matemática da função ótima de produção de uma firma, com a finalidade de auferir o maior lucro possível – o que somente é factível devido à racionalidade perfeita dos agentes, que conseguem projetar e operacionalizar a razão marginal de substituição entre os elementos de produção.

Uma consequência da racionalidade maximizadora dos agentes para a economia é a existência de um mercado em concorrência perfeita, pois a forma de racionalizar dos agentes impedirá que uns cresçam mais que os outros nos negócios. Isto implica que em um mercado com um grande número de compradores e vendedores, ao ponto de nenhum deles, de maneira isolada, poder influenciar os preços.

Destarte, as relações de troca no modelo neoclássico se dão em um sistema onde os preços são ajustados pela livre concorrência, de modo que o mecanismo da demanda e oferta definem as quantidades ajustadas a um preço que equilibra o mercado (JEVONS, 1996, pp. 97-98).

FUNCIONAMENTO DO MODELO

A partir da explanação das hipóteses relativas ao comportamento humano, apresentadas anteriormente, pode-se partir para uma breve descrição sobre o modelo e seu funcionamento.

A escola neoclássica, como indica Bresser-Pereira (2009), utiliza-se do método hipotético-dedutivo, que foi inserido na economia por Stuart Mill, em 1836. Este método foi introduzido na economia com a intenção de criar um modelo que tivesse poder de explicar universalmente seus fenômenos. Assim, ele encontra-se fundamentado em um mecanismo lógico de aplicação generalista, que é suportado por axiomas que tentam replicar a natureza do comportamento humano, com a intenção de prever a partir de condições iniciais o resultado de acontecimentos futuros⁹.

Outra característica do modelo neoclássico é a adoção em larga escala da matemática¹⁰ em sua forma de teorizar a economia, a partir de seus autores fundadores. A intenção apontada era a necessidade de se dar maior precisão à modelização e fazer com que a economia adquirisse desta forma o caráter científico que lhe era condizente (JEVONS, 1996, p. 133).

Soma-se a estas características ainda o atomismo, que permite descrever o sistema em sua totalidade pela agregação das partes. Isto é possível devido às ações dos agentes serem idênticas em situações semelhantes, por causa da hipótese de racionalidade maximizadora. É esta característica que permite a agregação das funções de demanda e oferta dos agentes, de maneira que o funcionamento do modelo pode ser descrito como uma reprodução macro do comportamento micro. Isto sendo feito de maneira precisa, devido o uso da matemática.

A maximização de uma função de um agente pode ser analisada como um exercício de alocação ótima de seus recursos, ou seja, se ele conseguiu através de sua ação o maior bem-estar possível. A característica atomística, em conjunto com as hipóteses comportamentais dos agentes – que faz seus comportamentos serem previsíveis –, permite a agregação das partes em um todo, sem perdas de coerência para a explicação global do modelo. Assim, tem-se que em nível macro há uma eficiência

⁹A argumentação de Jevons (1996, p. 56) sobre a necessidade de a economia fazer previsões e como o método contribuiria para isso rumam no mesmo sentido que as indicações que seriam prescritas em momento futuro por Karl Popper - para uma discussão sobre a metodologia popperiana ver Fernandez e Bêrni (2012).

¹⁰ Alguns autores defendem que a matematização do modelo neoclássico se deve ao tratamento dado ao conceito de marginalismo, que foi analisado de maneira infinitesimal – esta não é a única maneira de se observar a característica marginal –, por meio do ramo matemático do “cálculo”. Como pode-se observar nos trechos a seguir: “Blaug (1997) e Backhouse (1985) compartilham da mesma ideia de que foi a partir do marginalismo que a matemática assumiu um papel proeminente na Ciência Econômica.” (SOARES, 2009, p.157) e “De novo, não é a teoria da utilidade, mas o marginalismo como tal, que deu a matemática um papel proeminente na economia depois de 1870. (BLAUG, 1985, p. 296, tradução nossa)

alocativa¹¹ dos recursos do sistema, que implica que o mesmo conseguiu alcançar o máximo bem-estar possível para a coletividade, de forma que qualquer tentativa de modificação nesta alocação, visando aumentar o bem-estar de um indivíduo ou grupo, implicaria em uma perda de bem-estar de mesmo grau, para outro indivíduo ou grupo (BLAUG, 1985, p. 297).

Assim, o funcionamento do modelo nada mais é do que a agregação dos comportamentos individuais, que obedecem aos postulados construídos sobre sua conduta natural humana, baseado em uma metodologia instrumentalizada pela matemática, com o objetivo de precisar melhor as relações.

AS EXPECTATIVAS ECONÔMICAS NO MODELO HOMOGENEIZADO

Intencionalmente, quando se tratou do comportamento maximizador dos agentes neoclássicos, não se referiu à questão da temporalidade inerente às ações humanas, pois ela envolve a problemática das expectativas, e assim optou-se por apresentá-las de forma conjunta nesta seção.

As ações humanas são sempre resultantes de uma prévia concepção mental, quer dizer, elas precisam ser pensadas antes de realizadas. É no momento desta mentalização que as expectativas estão presentes e é a partir dela que seu papel é executado, influenciando a definição do caminho a ser seguido pela ação. Há dois pontos onde se pode observar o tempo se manifestando na decisão do homem: o primeiro é observado entre o pensar e o agir, que sempre demandam certo prazo entre si, por menor que seja. É nele onde se apresentam as expectativas. O segundo é observado no momento da execução da ação. Aqui as expectativas são afetadas pelo prazo necessário para o recolhimento de seus frutos, pois quanto maior este período, maior será a quantidade de informações necessárias para o indivíduo absorver. No mesmo sentido, serão maiores os esforços para criar expectativas sobre o que acontecerá em consequência do maior volume de dados a serem processados. O inverso é verdadeiro, ou seja, sendo menor o tempo necessário para a obtenção dos resultados de uma atividade, menores as quantidades de informações necessárias e menor o esforço para a formação das expectativas.

Assim, a formação das expectativas é condicionada pelo tempo que os resultados da ação levam para ser obtidos, devido à quantidade de informações que estão envolvidas na operação¹². Mas a importância do entendimento sobre quais os fatores que influenciam a formação das expectativas está no papel que elas possuem na determinação das ações, pois elas são o elemento crucial para a tomada de decisão.

¹¹ A eficiência alocativa indicada corresponde ao conceito de “Ótimo de Pareto”. Uma discussão introdutória sobre a temática, com o viés microeconômico encontra-se em Varian (2006).

¹² Durante o tempo de execução da ação, tanto ela pode vir a ter novos determinantes, como o meio onde ela é realizada pode apresentar modificações possíveis de afetar seus resultados, quando se trata da análise marginalista, bem como da neoclássica, isto não se verifica, ou seja, estas possíveis modificações no tempo são excluídas do problema.

As ações econômicas não diferem do apresentado acima, do mesmo modo, elas serão afetadas pela mentalização prévia necessária à sua concepção e pelas expectativas sobre seus resultados, que por sua vez serão afetadas pelo prazo que a maturação da atividade necessita. O que há de particular na ação econômica, postulada pela escola neoclássica, é que ela é resultado do comportamento maximizador de um agente possuidor de racionalidade perfeita. As expectativas neste modelo são elaboradas por agentes que conseguem captar e processar todas as informações necessárias à obtenção do melhor resultado possível para uma ação, qualquer que seja a temporalidade envolvida. O que implica que as expectativas dos agentes possuidores de racionalidade maximizadora sempre estarão de acordo com o resultado da ação.

O que possibilitou a descrição do modelo neoclássico até aqui sem a necessidade de referir o papel das expectativas, não foi sua inexistência, mas apenas que o seu papel no modelo é implícito à hipótese de racionalidade maximizadora dos agentes. Ou seja, não é que as expectativas não existam, nem que seu papel não seja preponderante para a definição dos caminhos que a economia seguirá, mas que sua formação está definida pela possibilidade de processar e prever todos os dados existentes, de acordo com o tipo de racionalidade que os agentes possuem. Isto significa não apenas que se consegue perceber todo o ambiente onde se dará a ação, mas também que a configuração deste está dada de maneira ótima e assim permanecerá devido à capacidade de maximização dos agentes, o que implica na existência de certeza sobre a configuração alocativa que a economia continuará apresentando em momento futuro.

Não é possível que um homem execute uma ação sem idealizá-la previamente, neste processo as expectativas estão presentes e desempenham um papel fundamental na definição do conteúdo das ações. Deste modo, não conferir qualquer atribuição às expectativas seria um grande erro, pois excluiria do modelo a parte da racionalidade humana que contribui de forma decisiva para a ocorrência ou não de uma ação. Com isso, pode-se afirmar que as expectativas no modelo neoclássico possuem um papel determinante na definição das ações dos agentes, mas o caráter da racionalidade faz com que sua evidenciação não seja necessária, pois sua influência, que é determinante para a tomada de decisão, que define as ações sobre o modelo, está predeterminada.

Para os neoclássicos os investimentos são sempre precedidos de poupança, e com isso é a disponibilidade desta que garante as condições materiais do futuro. A poupança, por sua vez, é o resultado de abstinência do consumo no presente, com o objetivo de garanti-lo no futuro, ou seja, uma ação previdente e essencial para o porvir da sociedade.

São a poupança e o investimento dois elementos de natureza temporal, que visam atender as condições materiais no futuro. Sendo assim, a decisão que leva às suas existências é definida pelo componente expectacional do agente. A poupança é um ato de abstinência do consumo presente expectando sobre o consumo futuro, seja com intenção de manter os recursos disponíveis ou de

ampliá-los. O investimento é uma ação produtiva expectando sobre os seus resultados futuros, que garantirão ou expandirão as condições materiais de maneira direta ou indireta. Será o componente expectacional, em um caso ou em outro, que moverá a ação do agente.

Anteriormente se apresentou o funcionamento do modelo neoclássico sem se fazer referência a estes dois elementos de grande importância para seu fechamento. Para incluí-los na estrutura apresentada é necessário ter em mente que eles se igualam no modelo neoclássico. O fator que permite isto é a taxa de juros, que é tida por esta escola como a recompensa pela abstinência do consumo.

Desta maneira, o resultado agregado da economia que é resultante do montante de consumo e investimentos realizados, será definido pela preferência dos agentes pelo consumo intertemporal, que disponibilizará os recursos para a formação da poupança. Tanto a poupança disponível, como o total de investimentos, são resultados de decisões subjetivas dos agentes, em que as expectativas são elementos determinantes, mas condicionados pelo caráter da racionalidade dos agentes. O que faz com que sua não explicitação não seja um problema para o fechamento do modelo.

AS EXPECTATIVAS DE ACORDO COM JEVONS, MENGER E WALRAS

Os modelos de Jevons e Walras estão bem representados pela estrutura homogeneizada da escola neoclássica exposta anteriormente. Isto devido estes autores se utilizarem do método matemático com equilíbrio estático. Sendo assim, no que se segue apenas se apresentarão suas ideias sobre as expectativas e de um ou outro conceito que seja necessário para sua explicação. De maneira diversa, o modelo de Menger, por se utilizar de um método diferente, o causal-genético, onde o tempo não é estático e a matemática é dispensada, exige uma apresentação, mesmo que sintética, para que o entendimento das ideias do autor sobre as expectativas em seu interior possa ser alcançado.

Para a apresentação das expectativas no pensamento dos autores referidos se respeitará a ordem da publicação de suas obras, sendo assim, primeiro se tratará de Jevons, logo em seguida de Menger e, por fim, de Walras.

STANLEY JEVONS

O modelo de Jevons apresentado em sua principal obra “A Teoria da Economia Política” é uma construção, de forma geral¹³, alinhada com o funcionamento do modelo homogeneizado. Com isso, como já se indicou, é dispensável fazer-se aqui a sua repetição para o entendimento do papel das

¹³ Há apontamentos dissonantes feitos pelo autor, que poderiam ser referidos como divergências com o modelo homogeneizado neoclássico e com seu próprio modelo, mas que por não terem sido levados as últimas consequências por ele, não devem ser vistos como incoerências. Devido à falta de espaço aqui apenas se indica o local preciso onde os citados apontamentos podem ser encontrados: sobre custos de produção, em Jevons (1996, p. 109 e 114); sobre liderança de preços, em Jevons (1996, p. 116); e, erros de previsão dos agentes, em Jevons (1996, pp. 165-166).

expectativas em seu interior. Desta maneira, se partirá diretamente para a apresentação das expectativas no pensamento do autor, bem como das ideias acessórias à sua compreensão.

As expectativas cumprem dois papéis na obra de Jevons. O primeiro como um dos elementos que definem a “força” do prazer ou sentimento proporcionado pelo uso ou posse de algo por um indivíduo, o que é essencial para o seu conceito de utilidade de um bem. O segundo é condizente com o que foi apresentado no modelo homogeneizado. E é neste que se encontra a maior contribuição das expectativas para o entendimento geral do pensamento do autor, mesmo que sua forma e função não sejam explicitadas. Assim, para apresentar o primeiro se caracterizará o conceito de utilidade e para o segundo, devido seu alinhamento com o que já foi apresentado, apenas se fará sua indicação.

A utilidade em Jevons, devido à influência do pensamento benthaniano, possui característica marcadamente hedonista. Desta forma, as ações dos indivíduos são sempre realizadas visando alcançar a felicidade, o que implica que eles buscam em todas as situações obter prazer e evitar sofrimento. Assim, para o autor a busca constante por felicidade é uma peculiaridade da natureza humana. A regra é que prazer gera felicidade e sofrimento a reduz, como em uma operação matemática possuidora de grandezas opostas (JEVONS, 1996, p. 65-66).

É com a finalidade de alcançar a saciedade de prazer, ou seja, a felicidade, que o homem usará os meios à sua disposição. O processo que leva à referida saciedade pode ser descrito da seguinte maneira: um indivíduo utiliza seus meios para obter quantidades de um determinado prazer, mas a cada parcela adquirida adicionalmente por ele será alcançada uma menor satisfação em comparação com as parcelas anteriores, ou seja, há um aumento decrescente da satisfação obtida a cada parcela adicional do determinado prazer¹⁴. Em algum momento, o indivíduo não obterá mais satisfação por quantidade de prazer adicionada, chegando ao ponto em que o excesso pode gerar sofrimento. Daí que naturalmente, quando da obtenção de prazer, será recebido um menor nível de satisfação às quantidades subsequentes de prazer que venham a ser adquiridas, até que chegue o momento onde a última quantia de prazer usufruída não gere mais felicidade, ou se iguale a felicidade proporcionada pela simples manutenção dos meios possuídos.

Por ser parte do comportamento natural do homem o sentido ou finalidade de sua ação será sempre o de alcançar o máximo de prazer, que lhe possibilitará a felicidade esteja ele lidando com uma relação material ou imaterial, esteja ele localizado em qualquer parte do globo¹⁵ (JEVONS, 1996, p. 69).

¹⁴ Isto é o mesmo que a explicação da utilidade marginal decrescente feita na apresentação do modelo homogeneizado, com a diferença do caráter hedonista de Jevons.

¹⁵ Aqui pode-se perceber que a teoria do autor está assentada sobre pilares que lhe permitiram desenvolver um modelo com características gerais. O que possibilita explicar as situações mais diversas sobre a mesma base.

O papel das expectativas na definição do conceito de utilidade se encontra na busca de Jevons por indicar como variam as grandezas do prazer e do sofrimento. Como estes são fatores subjetivos, fazem parte das relações que o autor não pôde mensurar de modo preciso, com isso apenas discutiu as bases lógicas que compõem seu sentido. Para isto, recorreu a Bentham para apontar que existem 7 fatores que influenciam o grau de prazer ou sofrimento de um indivíduo, sendo que apenas 4 deles possuem significação para a economia: 1) sua intensidade; 2) sua duração; 3) sua certeza ou incerteza; e, 4) sua proximidade ou “longinquidade” (JEVONS, 1996, p. 63).

Para relativizar as grandezas dos fatores 1 e 2, intensidade e duração, Jevons comparou o nível de prazer e sofrimento obtidos por um indivíduo, dada certa intensidade ou duração da posse de um objeto ou realização de uma ação de seu desejo, com o prazer ou sofrimento conseguidos por outra intensidade ou duração da posse do objeto ou da duração da ação de seu desejo. E daí observou qual das duas relações permitiu ao indivíduo em questão obter maior prazer e menor sofrimento, o que é o objetivo da maximização da função de utilidade. A ideia do autor é identificar, através deste processo comparativo, para o conjunto dos indivíduos, além do que lhes causa maior prazer e menor sofrimento, também qual a intensidade e duração ótima que promovem sua maior felicidade, ou a maximização de sua utilidade.

Os fatores 3 e 4 estão relacionados entre si, pois a temporalidade afeta no grau de certeza, de maneira que quanto maior a “longinquidade” de um evento, maior a incerteza sobre ele, sendo o inverso verdadeiro. É no tratamento desta relação que as expectativas se apresentam e para Jevons seu papel, no que tange ao conceito de utilidade, é o de gerar um “sentimento antecipado” para o agente, o que implica dizer que elas contribuem para a definição de seu nível de felicidade, ou seja, para a maximização de sua função de utilidade.

Mais de perto, o que se tem é que a partir do momento que o agente antecipa ou planeja seu futuro, começa a se beneficiar idealmente dos possíveis resultados de sua ação. Jevons indica que o ato de planejar o futuro é acompanhado de prazer para o agente no presente e que quando o momento vindouro se tornar atual, é possível que a intensidade ou duração do prazer esperados pelo agente difiram dos planejados, isto no plano subjetivo. Ou seja, mesmo que os resultados concretos de uma ação sejam idênticos aos esperados, é possível que o nível de prazer esperado pelo agente seja diferente do efetivo. Isto seria produto de superestimação do prazer futuro pelo agente (JEVONS, 1996, pp. 66-67).

A relação entre as expectativas e a temporalidade se apresenta, por ser esta última que determina, a depender da proximidade do acontecimento, o nível do sentimento antecipado que o agente possuirá. Assim, a intensidade de sentimento é função do que se espera sentir no futuro e da proximidade da realização do esperado. Quanto mais distante o acontecimento menor será o sentimento esperado e quanto mais próximo, maior a antecipação (JEVONS, 1996, p. 67). Assim, na

obra do autor, o primeiro papel das expectativas – mencionado anteriormente – se apresenta na sua contribuição para o nível de prazer ou sofrimento dos agentes, por meio do “sentimento antecipado”.

O segundo papel que as expectativas cumprem na obra de Jevons é o de influenciar a formação de poupança e a efetivação dos investimentos visando o futuro. Dada a correspondência das hipóteses comportamentais do modelo homogeneizado com as jevonianas, tem-se que caso aqui fosse feita uma análise pormenorizada do sistema do autor obter-se-iam os mesmos resultados observados na estrutura homogeneizada. Ou seja, alcançar-se-ia um equilíbrio estático com eficiência alocativa, onde as expectativas seriam confirmadas. Assim, pode-se dizer que o papel das expectativas de maneira sistêmica em Jevons é condizente a anteriormente discutida estrutura homogeneizada neoclássica, quer dizer, elas possuem relevância na tomada de decisão dos agentes, que definirá os rumos da economia, mas sua evidenciação – ou sua natureza causal dentro do modelo – não é realizada, por não ser necessário, devido a sua forma de influenciar os agentes estar condicionada pela hipótese de racionalidade maximizadora.

CARL MENGER

O pensamento de Menger é o que tem menos similaridades com o que se descreveu como modelo homogeneizado da escola neoclássica. A razão para isto não está na menor importância ou capacidade explicativa do modelo deste autor, mas na opção metodológica pelo método matemático com análise de equilíbrio estático, onde grande parte das análises feitas por Menger não se enquadram.

Além dos já citados elementos convergentes das obras de Jevons, Menger e Walras presentes no modelo homogeneizado não há nos escritos do Menger outras semelhanças com o apresentado como escola neoclássica. Destarte, como se referiu anteriormente, será necessário expor, mesmo que maneira sintética, o modelo do autor, para que assim se possa compreender o papel das expectativas em seu pensamento.

A análise de Menger repousa sobre os elementos que ele julga serem fenômenos naturais que independem da vontade do homem, ou seja, a essência de seu comportamento (MENGER, 1983, pp. 240-241). Ele indica que “Todas as coisas são regidas pela lei da causa e do efeito.” (1983, p. 243). Assim, sua pesquisa será norteada pela busca e entendimento dos elementos que compõem a essência da natureza humana e das relações causais¹⁶ existentes entre estes elementos, que articulam os movimentos que compõem o que se chama de economia. Menger, segundo Alter

¹⁶ É o que corresponde, de forma simplista, ao seu método de pesquisa, que busca identificar os nexos-causais naturais entre os homens e as coisas. Para o autor, a boa realização desta etapa permitiria identificar o funcionamento da economia como um todo após a inserção dos seus elementos mais complexos, que sendo pertencentes ao mesmo sistema, responderão de forma igual aos mais simples em uma situação similar.

(1990, p. 82, tradução nossa), caracteriza “[...] a tarefa da teoria econômica como a explicação da natureza e origem dos fenômenos econômicos [...]”.

A relação causal básica identificada pelo autor, de onde derivam todas as relações que compõem a economia, é a existente entre a *necessidade* e a *satisfação*, sendo a existência do segundo fator possível por em algum momento antes ter havido a existência da primeira. A importância desta relação está na identificação da existência da *utilidade*, que é para o autor o *algo* que possibilita a consecução do *nexo causal* entre ambos os fatores.

Desta primeira relação causal, que é representada pela utilidade, tem-se que dada sua existência em algo, se um indivíduo possui conhecimento sobre ela, bem como tem capacidade e possibilidade de usá-la, configura-se este algo como um *bem* (MENGER, 1983, p. 243). De maneira sistemática seguem quais as características simultâneas que uma coisa (algo) deve possuir¹⁷ para ser considerada um bem:

1º A existência de uma necessidade humana.

2º Que a coisa possua qualidades tais que a tornem apta a ser colocada em *nexo causal* com a satisfação da referida necessidade.

3º O reconhecimento, por parte do homem, desse *nexo causal* entre a referida coisa e a satisfação da respectiva necessidade.

4º O homem poder dispor dessa coisa, de modo a poder utilizá-la efetivamente para satisfazer à referida necessidade. (MENGER, 1983, p. 244)

Deste modo, a utilidade em Menger é um conceito que mantém o caráter subjetivo, mas diferente do que acontecia em Jevons, não é em busca de prazer que o indivíduo esforça-se para obtê-la, mas com a intenção de satisfazer uma necessidade. E ainda, na visão do autor, ela é uma característica útil existente em uma coisa, mas isto não basta para credenciá-la como bem, é preciso ainda que atenda uma necessidade de um indivíduo e, por fim, que ele tenha consciência disto e possua condições reais de fazer o uso dela.

Para Menger os bens são divididos em bens econômicos e não-econômicos, o que os definirá de uma maneira ou de outra será a relação existente entre sua oferta e sua demanda. Assim, um bem que possua uma pequena oferta em relação à demanda, ou seja, um bem escasso, será considerado um bem econômico, enquanto que um bem que possua a relação inversa será considerado como não-econômico – esta relação sendo válida tanto da perspectiva micro, quanto da perspectiva macro (MENGER, 1983, p. 269).

Será essa a divisão que gerará os comportamentos dos indivíduos que o autor indica configurarem a economia, ou seja, é o bem econômico a forma que adequa os comportamentos dos indivíduos de maneira econômica. Daí a importância desta divisão, onde apenas os bens econômicos são objetos da atenção dos estudos da economia (MENGER, 1983, pp. 269-271).

¹⁷ Se qualquer das condições apontadas não for correspondida não se poderá chamar a *coisa* em questão de bem.

Outra característica que deriva dos bens econômicos é que *apenas* eles possuem valor, ou seja, apenas eles terão importância para os indivíduos (MENGER, 1983, p. 283). A grandeza desse valor será dada de acordo com a utilidade que os bens possuem para o atendimento das necessidades subjetivas de cada indivíduo. Sendo esta utilidade de caráter marginal decrescente, assim como se apresenta no modelo homogeneizado, com a diferença de em Menger o traço marginal ser tratado de forma ordinal¹⁸ e sem a utilização do instrumental matemático do cálculo para o tratamento da questão (1983, p. 290).

De acordo, com Menger um indivíduo possui diversas necessidades, que possuem entre si graus de importância diferentes. Será sua subjetividade que elencará a ordem de importância entre as necessidades e é de acordo com ela que serão distribuídos seus recursos.

Conjuntamente com a variação da utilidade do bem variará seu valor, pois como este é a importância que o indivíduo atribui ao bem, por conseguir atender as suas necessidades, tendo variado sua capacidade de fazer isto, tem-se que conseqüentemente sua dimensão variará. Dada a característica decrescente da utilidade esta variação do valor ocorrerá na mesma direção (MENGER, 1983, 294).

O valor na teoria de Menger condiciona a forma pela qual se darão as trocas em uma economia¹⁹ e estas ocorrerão como resultado da tentativa dos homens de satisfazerem suas necessidades de modo mais completo. Para que as trocas se realizem é necessário que pelo menos dois indivíduos possuam bens que para eles, tem valor menor que os bens possuídos por outrem e que eles tenham consciência desta relação, bem como possam executá-la. Como se observou acima e como é facilmente visualizado na tabela presente em Menger (1983, p. 291), isto pode ser indicado como uma troca em que um indivíduo cederá um bem que para ele possui o valor de atender uma necessidade de menor importância, em sua escala valorativa, para receber um bem que atenderá uma necessidade de maior importância. O mesmo acontecerá com o outro indivíduo envolvido na operação e assim ambos conseguirão obter um valor maior do que o que possuiriam caso a troca não fosse efetivada. Isso quer dizer que houve ganhos para ambas as partes (1983, pp. 323-324).

A permuta entre os indivíduos se realizará até o momento em que não haja mais ganho econômico para uma ou ambas as partes, ou seja, seu limite ocorrerá quando o valor de um dos bens envolvidos na permuta deixar de ser maior que o do outro, para uma das partes envolvidas na operação²⁰.

¹⁸ O autor constrói uma tabela onde escalona ordinalmente as necessidades com as respectivas utilidades possuídas pelos bens para o atendimento das primeiras (MENGER, 1983, p. 291).

¹⁹ O autor faz a diferenciação entre os conceitos de utilidade, valor de uso e valor de troca. Utilidade é a característica útil de uma coisa que permite estabelecer o nexos causal entre necessidade e satisfação (MENGER, 1983, p. 243); valor de uso é a importância que um bem possui para a satisfação direta de uma necessidade; e, valor de troca é a importância que um bem possui para satisfação indireta de uma necessidade, através de sua venda, que possibilitará a compra de outro bem, que permitirá de maneira direta atender a necessidade (1983, pp. 354-355).

²⁰ Este exemplo, em que há apenas dois indivíduos envolvidos na operação de troca, é o mais simples possível, mas através dele é possível captar o essencial que envolve esta relação.

A natureza dos preços na análise de Menger respeita os limites estabelecidos para que uma troca possa ser executada, ou seja, os preços possíveis envolvidos em uma permuta se localizarão entre o limite mínimo que o ofertante esperar receber por seu bem e o máximo que o demandante está disposto a pagar²¹, sendo estes mínimos e máximos citados referentes ao valor que os bens possuem para o ofertante e para o demandante²², respectivamente.

O bem que possui apenas valor de troca para a pessoa que o possui, independente de suas características materiais, é para Menger uma mercadoria (MENGER, 1983, p. 362). Existem mercadorias que possuem um maior grau de “*vendabilidade*” que outras e que são aceitas em quase todas as situações; são estas que ele aponta que por costume historicamente se tornaram dinheiro²³. Ou seja, devido ao seu alto grau de “*vendabilidade*” e pelo costume, se tornou uma mercadoria que é utilizada quase que exclusivamente para realizar e facilitar as trocas via preços – sendo necessário indicar que para o autor a existência de valor de uso na mercadoria é uma condição para que ela possa executar sua função (1983, p. 374).

O exposto acima é uma síntese do raciocínio derivado donexo causal entre necessidade e satisfação, representado pela utilidade. Pode-se observar que a partir dele foi possível conceitualizar, de maneira concatenada, os elementos que formam uma estrutura econômica, que tem sua representação nas relações de trocas de mercadorias, que se realizam tendo como mediador o dinheiro.

Dito isto, retorna-se agora para tratar da natureza do referido nexocausal, pois será a partir dele que se poderá entender as expectativas para Menger e, dado que o funcionamento da economia para ele já foi apresentado, pode-se indicar qual sua influência nesta estrutura. É neste ponto onde fica evidente o encadeamento existente no processo produtivo que origina os bens econômicos, o que não significa que seja este processo que dá esta característica a uma coisa, como se discutiu anteriormente, esta é proveniente da subjetividade dos indivíduos e da escassez do bem. Sendo assim, o processo produtivo, apenas reproduz uma coisa que possui as características que lhe permitem enquadrar-se como um bem econômico.

Assim, a utilidade, que representa o nexocausal, está contida em um bem econômico²⁴, que é resultado de um processo produtivo que envolve uma gama de bens de ordens diferentes,

²¹ Esta relação, assim como a desenvolvida acima para tratar das relações de troca, é a mais simples possível. O autor desenvolverá sua análise para operações em situações de monopólio e concorrência, mas para os objetivos do trabalho não será necessário avançar nesta direção, tendo em conta que os princípios estabelecidos em uma troca ou no estabelecimento de preços em uma relação com apenas dois indivíduos permanece válida nas construções mais complexas empreendidas pelo autor.

²² O autor indica que o valor exato, entre os limites apontados, será alcançado pela negociação entre as partes envolvidas na relação.

²³ O autor discorda das teorias que creditam à autoridade do Estado a criação do dinheiro. Para ele, o Estado contribuiu para a consolidação do dinheiro, por criar regras que facilitaram seu manuseio, mas sua origem está no costume e não em uma lei (MENGER, 1983, pp. 377-378).

²⁴ Para que um bem tenha sua utilidade como bem é necessário que o indivíduo tenha a possibilidade de utilizá-la efetivamente, e para isso é necessário que ele possua todos os bens complementares de mesma ordem e de ordens diferentes que permitem isto, ou de outra forma o bem volta a ser uma coisa, pois perde sua utilidade (MENGER, 1983, p. 238).

que pode ter seu grau de complexidade maior ou menor, a depender do bem a ser produzido. A complexidade do processo produtivo de um bem pode ser observada através da quantidade de encadeamentos causais existentes, entre os bens das diversas ordens, em sua produção. Desta maneira, os bens mais complexos terão um maior número de encadeamentos causais produtivos, sendo o inverso verdadeiro.

Os bens são divididos em diversas ordens por Menger, o que permite observar como se dá o encadeamento causal da produção. Assim, existem os bens de primeira ordem, que são aqueles que servem ao atendimento das necessidades, através de umnexo direto, e os bens das demais ordens (2ª, 3ª, 4ª...) que também atendem as necessidades, mas através de umnexo indireto (MENGER, 1983, p. 247). Em outros termos, os bens de primeira ordem são os de consumo final, as demais ordens de bens são representadas pelos que são necessários para a consecução do processo produtivo, sendo os de ordem superior ou de última ordem os bens de capital²⁵.

Os processos produtivos visam atender de maneira mais completa as necessidades dos homens. Sendo assim, quando se inicia um processo como este, que só terá resultado em momento futuro, se dá por entendido que o objetivo é o atendimento de necessidades vindouras. Ou seja, o elemento tempo está presente e é um fator que influencia o resultado da produção e da decisão de produzir.

Deste modo, tem-se que quanto maior a cadeia causal entre bens de diferentes ordens necessários para a execução da produção de um bem de primeira ordem, maior será a tendência de tempo a ser demandado no processo. Com isso pode-se observar que o elemento tempo é importante na análise de Menger, diferentemente do que se observou em Jevons e do que se observará quando do exame de Walras.

O que autor indica a partir disto é que o indivíduo se verá à frente de uma escolha entre possuir um bem de ordem inferior, que pode ser utilizado imediatamente para atender uma necessidade, e um de ordem superior, que não pode ser consumido automaticamente e que necessita de um período de tempo, maior ou menor a depender do caso, para produzir os bens de ordem inferior desejados. Há ainda outro fator a ser considerado, quando da escolha, que é quanto às qualidades dos bens inferiores, pois ao optar por tê-los no presente se poderá conhecê-las, mas ao se escolher ter a posse dos bens superiores não se poderá ter certeza quanto à qualidade daqueles bens no futuro (MENGER, 1983, p. 254).

Com isto fica evidente a existência do componente *incerteza* nas análises do autor, o que terá desdobramentos sobre o processo produtivo, que visa atender as necessidades futuras. Para Menger há diferentes graus de incerteza distribuídos pelos diversos setores produtivos da

²⁵ Cabe ainda indicar que os bens de ordem superior tem sua utilidade dependente da utilidade dos bens de ordem inferior, assim como da necessidade que cria utilidade do bem de primeira ordem (MENGER, 1983, p. 253).

economia – estes podem ser reduzidos pelo avanço tecnológico – e suas diferenças são resultantes, entre outros fatores, de seus diferentes níveis tecnológicos.

Assim, para Menger o grau de incerteza está em ordem direta com o grau de controle do processo produtivo pelo homem, que é influenciado em grande escala pelo progresso científico. Quanto maior seu domínio sobre a produção via progresso científico, menor seu grau de incerteza quanto aos resultados, no que diz respeito à qualidade e quantidade (MENGER, 1983, p. 256).

Indica-se isto, pois é aqui que os elementos apontados ganham maior relevo, pois é o processo produtivo, utilizando bens de ordem superior, o responsável pela garantia da satisfação das necessidades futuras. Assim, é a escolha entre os bens de primeira ordem e os bens superiores, crucial para a previdência do futuro.

Para Menger, é necessário aos homens com a intenção de realizar previsões corretas, sobre como agir em relação à escolha apontada acima, e assim garantir a satisfação plena de suas necessidades: a) a capacidade de conhecer sua demanda completa, ou seja, qual é ela no presente e qual será ela no futuro, o que significa conhecer as necessidades presentes e futuras, de modo quantitativo e qualitativo; e, b) ter ciência dos recursos possuídos no presente que possibilitarão cumprir o primeiro propósito (MENGER, 1983, pp. 260-261).

Os apontamentos acima permitem concluir a forma que as expectativas se apresentam na obra de Menger. A existência de incerteza no modelo – relativa às quantidades e qualidades futuras que a produção de bens resultará –, a incompletude das informações e a racionalidade limitada dos homens fazem com que as expectativas em Menger não sejam necessariamente condizentes com os resultados que serão observados no futuro, seja no processo produtivo, seja na previsão feita sobre quais serão as necessidades do amanhã.

Desta forma, no pensamento de Menger, o papel das expectativas é de grande relevância para a determinação dos desdobramentos econômicos, pois serão elas que conduzirão as ações dos homens com o objetivo de garantir a satisfação das necessidades em momento futuro. De outra maneira, serão elas que definirão a direção da escolha dos homens entre bens de primeira ordem, para satisfazer necessidade presentes, e bens de ordem superior, para satisfazer as necessidades futuras. Tendo em consideração que deve haver uma distribuição entre estas duas opções, ou em momento vindouro não existirão bens para satisfazer as necessidades humanas.

A diferença crucial da forma que as expectativas se apresentam no modelo de Menger e no homogeneizado é observada pela possibilidade de não realização das expectativas que se encontra presente no primeiro. Isto é suficiente para modificar toda a estrutura da economia, pois caso as expectativas sejam negativas podem não ocorrer investimentos, o que paralisaria a atividade econômica, dada a impossibilidade de atendimento da demanda.

LÉON WALRAS

O modelo walrasiano, presente na *magnum opus* do autor, assim como ocorre com o jevoniano, segue de perto, em suas linhas gerais, a estrutura do modelo homogeneizado apresentada anteriormente. De maneira mais precisa, o sistema do autor francês está alinhado com o citado modelo homogeneizado em sua forma de análise estática²⁶, que corresponde em sua obra à maior parte do esforço teórico empreendido.

De maneira ampla, pode-se dizer que o modelo de Walras descreve o funcionamento das relações econômicas entre os homens, tendo como pressuposto a inexistência de qualquer tipo de intervenção externa e dada uma distribuição inicial dos fatores materiais que permita a existência de um mercado em livre-concorrência – aqui estando implícito um comportamento humano idealizado²⁷. Seu objetivo é, a partir de uma exposição modelizada, demonstrar que os resultados obtidos pela livre-concorrência são os que fornecem o maior grau de satisfação para seus participantes²⁸.

Para alcançar o objetivo desta seção, qual seja o de entender como as expectativas se enquadram e qual influência exercem sobre o modelo walrasiano, será preciso explicitar, mesmo que de maneira sucinta, como se alcança o equilíbrio geral alicerçado por Walras. Para isso se descreverão as três leis elementares construídas pelo autor, pois será através dos mecanismos de cada uma delas que se observará o papel das expectativas na determinação dos equilíbrios simultâneos do modelo walrasiano.

Mas antes disso é necessário indicar o encadeamento existente entre utilidade, raridade e quantidade de uma coisa. Tendo em consideração, que é a relação existente entre estes três elementos, o que indicará aos agentes econômicos, a partir de suas análises subjetivas, como agir com o intuito de obter a máxima satisfação possível de suas necessidades.

Utilidade para Walras é a característica de atender uma necessidade que uma coisa deve possuir para ser demandada, sendo aqui a subjetividade um fator determinante, dado que para o autor algo

²⁶Walras tinha compreensão dos limites da análise estática, mas considerava que era esta a forma de se teorizar a economia de maneira mais precisa, por ela permitir analisar os fenômenos desejados, resultantes das interações entre as diversas variáveis fundamentais do problema, sob hipóteses estabelecidas anteriormente pelo estudioso, em um ponto específico do tempo (WALRAS, 1996). Ou seja, a estática como ferramenta do método hipotético-dedutivo para a análise da economia. A demonstração da compreensão por Walras sobre os limites da estática pode ser observada quando o autor, sem aprofundar muito esta análise, por não precisa-la matematicamente, indica que para conseguir visualizar os desdobramentos de seus apontamentos de maneira “mais próxima da realidade” seria necessário incluir a análise dinâmica na questão. O que se verifica é que o equilíbrio, possível sob o exame estático, é “desestabelecido” ante a observação dinâmica. Nesta maneira de estudar a economia, o equilíbrio passa a estar sendo sempre perseguido, porém nunca é alcançado. Cabe notar que isto não se dá pela violação das hipóteses que sustentam a livre-concorrência, mas pela simultânea e ininterrupta modificação nas disposições e necessidades de capital circulante, que afetarão todas as demais variáveis do problema (WALRAS, 1996, pp. 272-273).

²⁷ Aqui se referem às hipóteses sobre o comportamento humano discutidas no modelo homogeneizado.

²⁸ Cabe indicar que Walras, devido sua visão sobre o que é ciência e qual sua forma, não fará prescrições sobre como a economia deve ser ou juízos de valor acerca de seus resultados (WALRAS, 1996). A máxima satisfação sinalizada refere-se puramente à realização, por parte dos agentes econômicos, de suas funções-objetivo.

pode ser ou não útil a depender das inclinações individuais. “Digo que as coisas são úteis desde que possam servir a um uso qualquer, desde que atendam a uma necessidade qualquer e permitam sua satisfação.” (WALRAS, 1996, p.45) A raridade, por sua vez, é a característica de finitude que algo possui, em uma dimensão que impeça que sua demanda possa ser completamente atendida. “Digo que as coisas existem à nossa disposição apenas em quantidade limitada desde que elas não existam em quantidade tal que cada um de nós possa encontrá-las ao alcance e à vontade para satisfazer inteiramente a necessidade que tem delas.” (1996, p. 46)

Dado que uma coisa só pode ser rara se possuidora de utilidade e que a quantidade é um elemento determinante na existência ou não de raridade, Walras (1996, p. 46) estabelece o conceito de raridade como a relação existente entre a utilidade e a quantidade. Pode-se dizer, a partir dos apontamentos do autor, de maneira lógica, que quanto maior a utilidade, *ceteris paribus*, maior a raridade e quanto maior a quantidade, *ceteris paribus*, menor a raridade. Ou seja, há uma relação direta entre raridade e utilidade e inversa entre a raridade e a quantidade. Sempre tendo em consideração a subjetividade da utilidade, o que implica ser a própria raridade subjetiva, dadas suas conexões indicadas.

A raridade, indicada acima, gera três desdobramentos principais, no que diz respeito à riqueza social: a existência da propriedade; o valor de troca; e, a indústria. São estes que se relacionam, por meio das ações dos agentes compondo o *mercado*, que se encontra no centro das atenções da construção teórica walrasiana, devido ser em seu seio que se efetuam os mecanismos que proporcionam a satisfação máxima das necessidades dos participantes da economia (WALRAS, 1996, Lição III).

Sabendo que os agentes walrasianos, devido à existência da raridade das coisas úteis, se organizam em mercados com a finalidade de maximizar a satisfação de suas necessidades, pode-se indicar as três leis fundamentais do modelo do autor, que identificam os resultados globais alcançados por suas ações racionais sob livre-concorrência.

A 1ª LEI OU “A LEI DA OFERTA E DA PROCURA”

A primeira lei walrasiana é a responsável pela existência dos preços de equilíbrio nos mercados, como o título acima deixa claro, é ela que permite que exista igualdade entre a demanda e a oferta. A composição desta lei é dada pela junção de outras duas construídas pelo autor, quais sejam: a) “a lei do estabelecimento dos preços de equilíbrio” que indica como os preços de equilíbrio se estabelecerão, através de variações para cima ou para baixo no preço das mercadorias, onde o primeiro movimento é uma reação ao excesso de demanda efetiva em relação a oferta efetiva e no segundo à falta de demanda efetiva em relação a oferta efetiva (WALRAS, 1996, p. 132) e; b) “a lei de variação dos preços de equilíbrio” que fornece

a compreensão sobre as relações existentes entre utilidade e quantidade que fazem os preços de equilíbrio variar (1996, p. 142), isso é o mesmo que dizer que as variações ocorrem como resultado de mudanças nas raridades das mercadorias.

Estas duas leis condicionam “a lei da oferta e da procura” de maneira a tornar possível a compreensão sobre o estabelecimento dos preços de equilíbrio, bem como sobre quais fatores geram variações em sua estabilidade. Tendo isto em consideração, pode-se enunciar que o preço de equilíbrio se verifica quando: “Sendo dadas duas mercadorias, para que haja equilíbrio do mercado em relação a elas, ou preço estacionário de uma na outra, é necessário e suficiente que a demanda efetiva de cada uma dessas mercadorias seja igual à sua oferta efetiva.” (WALRAS, 1996, p. 81)

Na análise estática walrasiana o equilíbrio é sempre uma constante e qualquer alteração em sua estabilidade, de acordo com “a lei de variação dos preços de equilíbrio”, será automaticamente corrigida pelo mecanismo de ajuste do modelo, que corresponde “a lei de estabelecimento dos preços de equilíbrio”. Ou seja, por exemplo, se há um aumento na utilidade de uma mercadoria qualquer, que leve a alteração relativa de sua raridade, esta de forma direta também será aumentada, mantendo-se as raridades das demais mercadorias constantes e, excetuando-se casos esdrúxulos, se terá um aumento da demanda efetiva da mercadoria em questão em relação a sua oferta efetiva. Este aumento da demanda efetiva será corrigido por um aumento dos preços, de modo que a demanda efetiva se reduzirá, levando o preço a também diminuir, mas ambos não retornarão ao ponto inicial, mas a um novo patamar que garantirá um novo preço de equilíbrio ajustado às novas relações de raridade.

As expectativas dos agentes walrasianos são iguais aos resultados de suas ações nesta 1ª lei devido ao papel exercido por um agente singular presente na estrutura de mercado de Walras, o “leiloeiro”, que permite à função alocativa *ex-ante* dos indivíduos se realizar de maneira a maximizar sua utilidade (WALRAS, 1996, p. 64).

O “leiloeiro walrasiano” é capaz de assegurar que todas as operações de mercado sejam efetivadas no ponto de equilíbrio que maximiza a satisfação das necessidades de todos os seus participantes, garantindo a realização das expectativas (WALRAS, 1996, p. 136), por ser possuidor de racionalidade perfeita, mas também pelas informações estarem disponíveis de maneira completa e pelos demais agentes agirem de forma maximizadora. Outra condição que se faz necessária, para que isto aconteça, é que todas as transações devem ser realizadas simultaneamente, dado que de outra maneira as raridades se modificariam, mas esta condição fica plenamente atendida pela manutenção da estática do modelo, que é anunciada pelo autor repetidas vezes²⁹.

²⁹ O mecanismo walrasiano de equilíbrio estático simultâneo em diversos mercados é conhecido na literatura como *Tatonnement* (JAFFÉ, 1981). Para uma discussão detalhada sobre o tema e sua controvérsia ver Walker (1987).

A 2ª LEI OU “A LEI DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO OU DO PREÇO DE CUSTO”

Esta lei indica que o preço de equilíbrio na produção é dado pela igualdade entre o preço de venda e o preço de custo de uma mercadoria qualquer. Será esta igualdade que definirá as quantidades a serem produzidas.

O agente walrasiano fundamental na organização do processo produtivo é o empresário. Dada sua forma de racionalidade, perfeita e maximizadora, ele é capaz de processar todas as informações necessárias para alcançar o maior lucro possível. Isto acontece em todo o sistema, de modo que em todos os setores se verifiquem lucros econômicos iguais a zero. Em caso extraordinário, ou seja, na eventualidade de um setor da economia estar gerando lucro extraordinário, acontecerá que todos os empresários para ele migrarão, aumentando sua oferta, até o ponto onde o lucro se normalize³⁰ (WALRAS, 1996, pp. 169-170). Desta maneira, no tocante a produção, diferente da organização do mercado, onde se fazia presente o “leiloeiro”, é o empresário o agente que capacita o sistema a alcançar seu preço de equilíbrio em uma economia em livre-concorrência.

Quando da organização da produção o empresário terá função dupla nos mercados: será ele comprador no mercado de serviços, demandando rendas da terra, trabalho e lucros, e; será ele vendedor no mercado de produtos (WALRAS, 1996, pp. 170-171). A atuação dos empresários nos dois mercados citados é responsável pelo estabelecimento e manutenção de seus preços de equilíbrio, demonstrando como a racionalidade deste agente é marcante e definidora, chegando mesmo a substituir a função do “leiloeiro”. Sua atuação serve como ponte entre os dois mercados citados, garantindo sempre a estabilidade do preço de equilíbrio via suas operações baixistas ou altistas, mas isto não significa que sua ação possua o poder de individualmente modificar os preços de equilíbrio, mas que pelo fato de os demais empresários agirem da mesma maneira simultaneamente, devido o caráter de sua racionalidade, tem-se um conjunto de ações espontâneas e não combinadas, que seguem no mesmo sentido, garantindo a igualdade entre demanda e oferta efetivas, promotor da satisfação máxima para todos os participantes dos mercados (1996, p. 171).

O mecanismo de ajuste da produção ocorre como se segue. Por exemplo, se a demanda efetiva de uma mercadoria qualquer for maior que sua oferta efetiva, haverá um aumento de seu preço de venda. Como antes se anunciou, o que não se referiu é que essa modificação no preço de venda gera uma desigualdade entre este e seu preço de custo. Isso leva a um conseqüente incremento produtivo da mercadoria em questão, o que ocasionará um crescimento da oferta efetiva, que levará a uma redução do preço de venda, até o ponto onde ele se iguale novamente ao seu preço de custo.

³⁰ Isto ser possível indica a inexistência de custos de alocação de capitais no modelo de Walras.

O que se observa como resultado da 2ª lei de Walras é a confirmação das expectativas dos agentes, neste caso específico as dos empresários que maximizam seus lucros, produzindo de maneira ótima, de acordo com o esperado, através da igualação entre preço de venda e preço de custo. Isto se efetua, como nos outros casos, devido a racionalidade maximizadora dos agentes.

É a partir do descrito acima que os mecanismos de mercado em conjunto com os de produção levam o sistema a se manter em constante equilíbrio. O primeiro o faz pelo ajuste do preço que pode estimular ou desestimular a demanda e o segundo que pela modificação da quantidade produzida ajusta a oferta. O que se tem é que ambos os movimentos contribuem para a manutenção do preço de equilíbrio (WALRAS, 1996, pp. 171-172).

A 3ª LEI OU “A LEI DA DETERMINAÇÃO DOS PREÇOS DO CAPITAL”

Esta lei indica que *o preço de equilíbrio no mercado de capitais é dado pela igualdade entre o excedente sobre o consumo e o os preços dos capitais novos da economia*³¹. As quantidades destes novos capitais, por sua vez, serão determinadas de acordo com sua 2ª lei de Walras, ou seja, de acordo com a igualação entre seus preços de vendas e preços de custos (WALRAS, 1996, pp. 203-204). Se colocadas estas duas leis em conjunto com as hipóteses de lucro zero e inexistência de custos para realocação de capitais tem-se a existência de uma taxa de rendimento líquido dos capitais novos uniforme em toda a economia.

As relações no mercado de capitais³² se darão entre os agentes poupadores e os investidores, onde a oferta de recursos, por parte dos primeiros, se igualará em nível de equilíbrio com a demanda, por parte dos últimos.

A razão que leva os agentes a demandar capitais mobiliários é a mesma que move os demais agentes walrasianos, qual seja a de satisfazer suas necessidades da melhor maneira possível. Destarte, quando se adquire capitais mobiliários tem-se a intenção de receber o máximo de rendimentos. O preço dos capitais mobiliários é dado por sua capacidade de fornecer rendimentos, pelo grau de risco de sua destruição e pela velocidade e intensidade de seu desgaste (WALRAS, 1996, p. 203).

Para que ocorra a compra e recompra de capitais novos é necessário que existam recursos disponíveis a nível global. Desta forma, Walras indica que apenas em uma economia onde o

³¹ Até aqui não se inseriu a moeda na problemática walrasiana tratada, isto não se deu devido o autor não desenvolver a questão, mas apenas para facilitar a exposição e não a estender para questões além das necessárias para o entendimento das expectativas.

³² Na discussão deste ponto Walras se preocupa diretamente apenas com os capitais propriamente ditos, ou os capitais mobiliários, que são artificiais e destrutíveis, tendo, por isso, suas quantidades manipuláveis pela vontade humana.

rendimento exceda o consumo, ou seja, que possua poupança, é que se verificará a existência de investimentos. Este tipo de economia é caracterizada pelo autor como em estado progressivo³³.

O que faz os agentes poupadores e investidores, possuidores de um mesmo tipo de racionalidade, a tomar decisões diferentes é sua subjetividade que implica que eles possuam necessidades diferentes a serem satisfeitas. Assim, os agentes poupadores tendem a adquirir os capitais existentes, devido seu retorno ser mais facilmente previsível, enquanto que os proprietários destes capitais existentes – se refere aos empresários – tendem a adquirir capitais novos, que possuem uma maior dificuldade para a previsão de seu retorno, mas que por isso possuem um componente especulativo, que pode lhes auferir um lucro extraordinário (WALRAS, 1996, p. 231).

É neste ponto que as expectativas afetam o comportamento dos agentes econômicos walrasianos no mercado de capitais, quando de suas decisões de investimento, separando-os em investidores e poupadores. Tem-se que serão as expectativas subjetivas dos agentes que definirão qual a forma alocativa que eles escolherão para seus recursos. Inexistindo o componente subjetivo todos os agentes escolheriam uma única alternativa para investir, o que inviabilizaria o funcionamento do sistema econômico, devido à não existência de razões lógicas para a efetuação de trocas comerciais.

No mercado de capitais, os agentes poupadores terão suas expectativas realizadas pelo retorno seguro que os capitais existentes adquiridos lhes fornecem. E os agentes especuladores confirmarão suas expectativas pelo retorno mais aleatório de seus investimentos – que ainda assim serão condizentes com o esperado –, seja com ganho, perda ou igualdade do investimento.

O que se tem, por fim, é que através das três leis walrasianas apresentadas, que sinalizam como o sistema econômico funciona e alcança seu preço de equilíbrio, pôde-se observar as expectativas de seus agentes, em diferentes situações, condizendo com os resultados esperados das ações, bem como se encontra no modelo homogeneizado. De maneira mais específica, verifica-se que as expectativas dos consumidores, presentes em suas funções alocativas, se confirmaram nas operações no mercado que se encontra em equilíbrio com a intervenção do “leiloeiro”; o mesmo se deu com as expectativas dos empresários que se confirmaram quando eles maximizaram seus lucros, produzindo de maneira ótima, através da igualação entre preço de venda e preço de custo; e, por fim, as expectativas dos poupadores e investidores se confirmaram, com o retorno esperado de seus capitais, permitindo, com isso, a capitalização necessária à progressividade econômica.

³³ Outras condições para que a economia encontre-se neste estado é que sejam produzidos capitais novos e que exista uma constante demanda por eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão feita neste artigo pode-se indicar que as expectativas cumprem um papel definidor nos modelos econômicos dos autores marginalistas, mas que este não é explicitado na opção homogeneizada, nem nos desenvolvimentos encontrados em Jevons e Walras.

Na opção homogeneizada a função das expectativas se encontra implícita à hipótese de racionalidade maximizadora do agente econômico. O que permite ao modelo discutir o comportamento do agente sem a necessidade de explicitar o papel das expectativas, que é determinante, na sua tomada de decisão. E, ainda, é devido ao caráter da racionalidade, que sempre se observará a igualdade entre o que se expectou e o resultado das ações, o que implica em estas serem passíveis de previsões, o que globalmente significa que o resultado alocativo do sistema econômico pode ser expectado.

O mesmo é verificado nos modelos encontrados nas obras de Jevons e Walras. No desenvolvimento do primeiro destes autores as expectativas aparecem de maneira explícita apenas quando da determinação da utilidade, por meio do “sentimento antecipado” que goza o agente ao vislumbrar o consumo de algo, mas isto apenas tem consequências indiretas sobre a determinação do resultado do sistema. O segundo autor em nenhum momento chega a discutir explicitamente as expectativas, nem mesmo para a elucidação de algum conceito, como o fez Jevons.

Diferentemente do encontrado no modelo homogeneizado e nas construções isoladas de Jevons e Walras, quando se observa o pensamento de Menger se visualizam apontamentos explícitos e de significação global para o sistema no que se refere às expectativas. Assim como para o modelo homogeneizado, para Jevons e Walras as expectativas têm em Menger função crucial no fechamento do sistema, a diferença essencial encontrada é que para este último autor, devido a sua forma de encarar a racionalidade dos agentes, não há necessariamente a igualdade entre o expectado e o resultado da ação, o que implica também que não há um determinismo na previsibilidade do resultado do sistema econômico. Isto é devido em parte à opção metodológica deste último autor, que observa o tempo como uma variável crucial para o estudo da economia, bem como sua forma de enxergar a racionalidade dos agentes.

Com isto dito, é possível responder as questões levantadas na introdução do artigo:

- 1) as expectativas foram abordadas de maneira explícita apenas por Jevons e Menger, mas apenas o último dos autores discute suas consequências para o sistema econômico. Entretanto, mesmo não tendo sido evidenciadas em nível sistêmico por Jevons e Walras, bem como pelo modelo homogeneizado, as expectativas possuem papel definidor em caráter sistêmico tanto nas estruturas construídas pelos autores, como na homogeneizada, mas de maneira implícita, condicionadas pela racionalidade maximizadora dos agentes econômicos;

- 2) a resposta aqui apontada para a segunda questão não pretende ser absoluta, dado que para isto seria necessário fazer um estudo bibliográfico e histórico sobre os fatores que levaram os autores da HPE a não se interessar pela discussão sobre as expectativas nos autores marginalistas. Assim, esta resposta é dada como um apontamento lógico derivado das observações feitas no decorrer deste artigo. Deste modo, a indicação que este trabalho faz, é que o provável motivo para os estudos sobre as expectativas nos autores marginalistas não terem sido empreendidos, está na opção metodológica pela homogeneização, que não explicita a função das expectativas. De outro modo, os apontamentos de Menger sobre as expectativas poderiam ter sido apreciados ou confrontados a seu tempo e a problemática poderia ter composto de modo explícito os modelos econômicos do mainstream antes do advento da Teoria Geral de Keynes.
- 3) e, por fim, cabe assinalar que a não explicitação das expectativas pela opção homogeneizada não ocasionou um déficit explicativo por parte da teoria marginalista, dado que a função que elas cumprem implicitamente no modelo é a mesma que cumpririam no caso de sua explicitação, devido sua condicionalidade ao caráter da racionalidade dos agentes. O mesmo pode ser dito sobre os modelos de Jevons e Walras, se observados de maneira isolada. Dado que Menger trata da questão não há necessidade de uma resposta para a questão em relação a ele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTER, M. **Carl Menger and the origins of Austrian economics**. Colorado/EUA: Westview Press, Inc., 1990.

AUGUSTO, A. G. **Racionalidade e atomismo na escola neoclássica**. In: XII CONFERÊNCIA ANUAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA O REALISMO CRÍTICO, 2009, Niterói. Anais do XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, 2009.

BLAUG, M. **Economic Theory in Retrospect**. 4 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política**, v. 29, pp. 163-190, 2009.

FEIJÓ, R. L. C. Repensando a Revolução Marginalista: uma Síntese da Recente Crítica Historiográfica às Interpretações do Período. **Análise Econômica (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 16, n.30, pp. 23-46, 1998.

FISHER, R. M. **The logic of economic Discovery**. Sussex: Wheatsheaf Books LTD. 1986.

FERNANDEZ, B. P. M; Bêrni, D. de A. Popper e a economia: existe um método próprio para as ciências da sociedade? In: OLIVEIRA, P. E. de (Org.). **Ensaios sobre Karl Popper**. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 2012.

JAFFÉ, W. Menger, Jevons and Walras de-homogenized. **Economic Inquiry**, v. 14, n. 4, pp. 511-524, 1976.

_____. Another look at Leon Walras's theory of tâtonnement, **History of Political Economy**, v. 13, n. 2, pp. 313-336, 1981.

JEVONS, S. **A teoria da economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1996.

LAWSON, T. What is this 'school' called neoclassical economics? **Cambridge Journal of Economics**, v. 37, n. 5, pp. 947-983, 2013.

MENERGER, C. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1983.

MIROWSKI, P. Physics and the 'marginalist revolution'. **Cambridge Journal of Economics**, v. 8, pp. 361-379, 1984.

PAULA, J. A. de. **Sobre o conceito de revolução marginalista em Schumpeter**. 1977. 82 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1977.

ROLL, E. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SOARES, C. A interpretação schumpeteriana da revolução marginalista. **Econômica** (Niterói), v. 11, pp. 155-182, 2009.

VARIAN, H. R. **Microeconomia: Princípios básicos**. São Paulo: Campus, 2006.

WALKER, D. A. Walras's theories of Tatonnement. **Journal of Political Economy**, v. 95, n. 4, pp. 758-774, 1987.

WALRAS, L. **Compêndio dos elementos de Economia Política Pura**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.